

**Entre o que se ensina e o que se aprende. Outros olhares  
sobre a construção da memória da ditadura e da Amazônia  
brasileiras.**

**Between what is taught and what is learned. Other views on the  
construction of the memory of the dictatorship and the Brazilian  
Amazon.**

Vitale Joaroni Neto\*

Marcus Silva da Cruz\*\*

**Resumo:** Os autores tratam da memória acerca do Golpe de 1964 que implantou de uma ditadura no país. No entanto, buscando uma outra abordagem, olham para a Fronteira Oeste do Brasil, para a Amazônia Meridional e as políticas de Integração Nacional que desde os anos 50 ocupam as atenções da Escola Superior de Guerra e que serviram de argumento para a tomada de poder por esse grupo. Analisando as ações do Estado ditatorial e seus efeitos sobre a citada região, os autores buscam identificar aquelas matrizes no atual modelo de desenvolvimento da região, em seus impactos ambientais e sociais. Fazendo isso, chamam a atenção para a necessidade da construção de uma memória nacional sobre o período, em particular no ensino de História, considerando essa complexidade.

**Palavras-Chave:** História, Memória, Amazônia, Ditadura

**Abstract:** The authors deal with memory about the coup 1964 that implemented a dictatorship in the country. However, trying another approach, look for the Border West of Brazil, for the Southern Amazon and National Integration policies that since the 50s occupy the attention of the War College

---

\* Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil. Doutor em História com pós-doutorado na School of Geosciences in the University of Edinburgh. Pesquisa temas relacionados ao Brasil e Mato Grosso na segunda metade do século XX, ditadura, migração, trabalho, Igreja Católica.

\*\* Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil. Doutor em História atuando na área de Teoria e Metodologia da História com ênfase em: Antiguidade Tardia, historiografia, cristianismo, história da igreja e idade média.

and served as an argument for taking power by this group. Analyzing the actions of the dictatorial state and its effects on the aforementioned region, the authors seek to identify those patterns in the current development model in the region, its environmental and social impacts. By doing so, they draw attention to the need for construction of a national memory of the period, particularly in the teaching of history, considering this complexity.

**Keywords:** History, Memory, Amazon, Dictatorship.

#### 1- Apresentando a discussão

Subversivos, comunistas, terroristas, guerrilheiros, combatentes da liberdade, lutadores pela democracia, mártires. Os adjetivos se multiplicam em todo espectro político ideológico presente na sociedade brasileira contemporânea. Após cinquenta e dois anos do golpe civil-militar que derrubou o presidente João Goulart, a situação política do país continua a propiciar o amplo debate, tanto no meio acadêmico quanto no corpo social nacional, acerca dos eventos e dos desdobramentos daquele 31 de março de 1964.

Este debate, necessário e pertinente, potencializa e acelera os processos de construção e de ressignificação da memória em torno de diversas questões, tais como: as ações realizadas, o papel dos participantes, a atuação das instituições, as escolhas feitas pelos atores políticos, o comportamento das elites nacionais, a participação dos movimentos sociais. Temas hoje consagrados pela historiografia, mas é necessário ir além. Entender o projeto nacional que se impôs pela força das armas em toda sua extensão, o que implica, inclusive, olhar para o Brasil como um todo.

Estes processos de construção e de ressignificação da memória são necessariamente conflituosos, *locus* de pugnas políticas e ideológicas que procuram reelaborar o passado a partir das questões e demandas do presente. Acrescente-se o fato de que essas disputas de cunho memorialístico acontecem em torno de eventos inseridos no que podemos classificar de História do Tempo Presente, na qual a “temperatura” dos combates tendem a ser mais elevadas.

Uma arena na qual esses debates assumem um caráter particularmente intenso e especialmente significativo é o ambiente escolar, mais concretamente no que concerne ao ensino de História. Desde a sua efetiva implantação no currículo escolar ao longo do século XIX a disciplina histórica, uma vez

desligada de suas origens vinculadas às Escrituras e a educação sagrada e cristã, assumiu a função primordial de formação cívica do cidadão. Ao elaborar uma origem explicativa e legitimadora dos grupos dominantes do estado burguês em implantação, a história se tornou a construtora da memória da nação e na mestra dos cidadãos.

As palavras do professor da Sorbonne e diretor da *École Normale Supérieure* Ernest Lavissee sintetizam esta concepção da história como formadora da memória da nação e responsável pela educação patriótica e cívica do cidadão: “Escutai bem quando vos ensinam a história da França. Não a tomais com a ponta dos lábios, mas com toda a vossa inteligência e todo vosso coração...nenhum país prestou tão grandes e tão longos serviços à civilização e o grande poeta inglês Shakespeare disse a verdade quando escreveu: ‘A França é o soldado de Deus’. Que cada um de vós conceba claramente o conjunto desta maravilhosa História. Vós bebereis aí a força necessária para não ceder ao desânimo e também a firme vontade de tirar nossa pátria no abismo em que ela tombou” (LAVISSEE apud DOSSE, 2003, p. 277).

Outras significativas palavras de Lavissee, dirigidas aos professores em formação na *École Normale Supérieure*, também merecem ser lembradas aqui “Se ele não se tornar um cidadão compenetrado de seus deveres e um soldado que ama sua bandeira, o instrutor terá perdido seu tempo. Eis o que o professor de história deve dizer aos mestres na Escola Normal como conclusão de seu ensino.” (LAVISSEE apud DOSSE, 2003, p. 277).

Esta função de construtora de memória que garantiu a introdução definitiva e efetiva da História no currículo escolar é um dos fatores que garantem a permanência desta como disciplina da educação básica, assim como estabelecem as condições para que o debate em torno das questões de construção e ressignificação do passado assuma, no contexto da sala de aula, uma importância fulcral tanto para a formação educacional dos alunos como para discussão das questões memorialísticas em seu horizonte mais amplo.

Neste sentido, passados cinquenta e dois anos do golpe civil militar de 1964, momento de recrudescimento da polêmica em torno dos eventos e dos atores do período ditatorial nas décadas de 60 a 80 mais que transbordam para o ambiente escolar, encontram neste, um local de intensificação, massificação e magnificação do debate (basta que se veja as recorrentes discussões nacionais

acerca da “desideologização” do ensino). Por isso é mais do que necessário inserir os docentes, aqueles que coordenam e conduzem essas discussões em sala de aula, nesta controvérsia possibilitando assim uma qualificação maior da argumentação.

No presente texto buscamos discutir esses processos de construção e ressignificação da memória a partir de um lugar bastante específico, qual seja de uma região de fronteira que, apesar de não estar afastada dos grandes debates da sociedade brasileira do período da ditadura civil militar, não tem recebido, a nosso juízo, a devida atenção nessa reflexão historiográfica, pois quando se fala em ditadura civil militar no Brasil, o olhar imediatamente se dirige para os grandes centros urbanos nacionais, para a tomada do poder *manu militari* que levou o então presidente do Brasil legitimamente eleito João Goulart ao exílio e que implantou por meio de decretos-leis, um Estado de Exceção produzindo graves violações aos direitos humanos por parte dos aparelhos de repressão e tortura que tantas iniquidades perpetraram na sociedade brasileira, hoje objeto de investigação.

Nesta nossa proposta, gostaríamos de mudar um pouco esse foco e propor um olhar para o interior do Brasil. Analisar o projeto de Brasil potência do Estado Civil Militar Brasileiro elaborado a partir da ideologia da Segurança Nacional e do uso dos conceitos de Integração e de Unidade Nacional e seus impactos sobre a fronteira Oeste. Em outras palavras, analisar um aspecto da História do Brasil durante a ditadura, qual seja, as políticas de “ocupação” da Amazônia Legal, promovendo assim uma compreensão mais ampla da História Nacional para além do seu dito aspecto “regional”.

Nesse texto a Amazônia Meridional é vista como parte da fronteira Oeste brasileira, onde se localizam no início do século XXI os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, que até 1943 constituíam o estado de Mato Grosso. Nosso objeto de pesquisa está voltado para as políticas de reocupação empreendidas durante a ditadura civil militar e seus efeitos sobre essa região. Até meados do século XX, esses estados viviam basicamente da pecuária extensiva, do extrativismo, com poucas alternativas econômicas expressivas. Foi com a implantação da ditadura civil militar no Brasil que esse cenário mudou. O Governo Federal, militarizado, passou a incentivar com diferentes órgãos criados para esse fim, a fixação de empresas nessa porção da Amazônia Legal.

Dois eixos de atuação merecem destaque: atividade pecuária e de “colonização”, aqui entendida como venda de lotes de terras para fins agrícolas para proprietários de outras regiões do país dispostos a “ocuparem” esses “espaços vazios” e produzir.

## 2- A memória e a História

Uma vez apresentado o escopo de nossas reflexões entendemos ser necessário, antes de adentrar mais densa e profundamente na análise da temática proposta, realizarmos uma discussão de cunho teórico acerca do conceito de memória que servirá de suporte e embasamento de nossa reflexão.

Como afirma Jacques Le Goff; “O conceito de memória é crucial.” (LE GOFF, 1992, p. 11). Tal afirmação do medievalista francês pode ser tomada de duas formas. Por um lado, ressalta a importância da memória nas discussões contemporâneas no campo das humanidades, principalmente entre os historiadores. Por outro nos remete a relevância fulcral da memória no debate atual acerca do problema da identidade, na medida em que a memória é um dos elementos constituintes e fundadores da identidade.

Os mecanismos inerentes a memória, possuem uma vultosa complexidade, mormente no que tange a sua linguagem equívoca, ou seja, as todas as dificuldades ligadas ao dizer. Em primeiro lugar é preciso distinguir entre história e memória, uma vez que ambas durante longo período de tempo encontravam-se extremamente identificadas uma a outra. Foi apenas a partir dos fins dos oitocentos que se iniciou uma reflexão, um esforço analítico para separar os dois conceitos.

Este empreendimento de separação de história e memória encontra no filósofo Henri Bergson um de seus precursores. Em 1896 ele publicou *Matéria e Memória*, livro no qual propôs uma distinção entre o que denominou memória-hábito e memória-pura. O primeiro tipo de memória é oriundo das sensações corporais, enquanto a segunda relaciona a consciência à duração. Nesta obra o autor busca segundo a análise de François Dosse: “... demonstrar que o passado sobrevive de duas maneiras distintas: 1) nos mecanismos motores; 2) nas lembranças independentes.” (DOSSE, 2003, p. 279).

Na distinção entre as duas formas de memória a relação com o tempo é essencial como demonstrou Paul Ricoeur em *A Natureza e a Regra* ao analisar

a tipologia memorialística bergsoniana: “No caso da memória-hábito, o passado é ‘ativado’ e incorporado ao presente sem distancia; no caso da memória-lembrança a anterioridade do acontecimento rememorado é ‘marcado’, enquanto permanece ‘não-marcada’ na memória-hábito” (RICOEUR, 1998, p. 165).

Em suma, podemos concluir que para Henri Bergson existe uma clara diferença entre rememorar e memorizar, são dois fenômenos distintos e que não se interpenetram o que desautoriza qualquer tentativa de reduzir esses dois domínios reciprocamente. Essa primeira distinção acerca dos mecanismos da memória abrirá uma fecunda discussão no que concerne ao conceito de memória e sua separação da história.

É na senda aberta por Bergson que se insere o trabalho do sociólogo Maurice Halbwachs cuja contribuição é essencial para a compreensão da problemática que estamos tratando. Este autor procurou diferenciar claramente memória e história. Essa distinção colocava os aspectos flutuantes do vivido como o sagrado, o mágico e os sentimentos no universo da memória, enquanto a história se caracterizaria por ser uma forma de conhecimento crítico, problematizador e conceitual. Portanto, se estabelece um corte absoluto entre história e memória que passam a ser entendidas como duas dimensões irreduzíveis uma a outra.

É a partir desta concepção de separação clara e nítida entre história e memória formulada por Maurice Halbwachs que encontramos a origem e o cerne da concepção das relações entre história e memória que norteia o trabalho de Pierre Nora no seu seminal *Lugares de Memória*. Apesar de ser uma citação um tanto longa é preciso deixar as próprias palavras do autor, explicitar sua concepção acerca da problemática:

Memória, história: longe de ser sinônimos, tomamos consciência de que tudo as opõe. A memória é a vida, sempre levada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas sucessivas deformações, vulneráveis a todas as utilizações e manipulações, suscetíveis de longas latências e súbitas revitalizações. A história é a reconstrução problemática e incompleta do que não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no presente eterno; a história, uma representação do passado. Para ser efetiva e mágica a memória só se contenta com detalhes que a conformam: ela se alimenta de lembranças opacas, globais, ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as

transferências, censuras, telas ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, chama análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a desaloja, ela sempre torna prosaico.” (NORA, 1984, p. XIX).

A perspectiva apresentada por Pierre Nora possui mérito de transformar uma história-memória em uma história-crítica, o que significa abandonar uma escrita da história que tinha por objetivo primordial a construção da memória, especialmente da nação burguesa e a emergência de uma concepção historiográfica que almeja problematizar os fundamentos das memórias.

A profusão dos estudos acerca da memória nas últimas décadas, levou a uma compreensão mais apurada da complexidade do funcionamento dos seus mecanismos, especialmente no tocante à memória coletiva aquela que mais interessa ao conhecimento histórico. Essa reflexão permitiu o progressivo aperfeiçoamento do conceito de memória visando sua utilização como instrumento analítico para o historiador. Cabe então especificar mais detidamente o que entendemos por memória.

A princípio a memória pode parecer ser um fenômeno de cunho pessoal, afinal de contas cada um de nós possui suas lembranças sobre sua trajetória de vida, no entanto os trabalhos de Maurice Halbwachs demonstraram que talvez o aspecto mais importante da memória seja o seu caráter social, isto é, como um fenômeno que é construído de forma coletiva, sendo, portanto, submetida as flutuações, transformações e mudanças constantes (HALBWACHS, 1978, p. 29-71).

Por outro lado, devemos salientar a contribuição da psicologia para o conceito de memória tanto no que concerne a recordação quanto ao esquecimento, assim como na questão da manipulação consciente ou não da memória individual ou coletiva. Neste sentido os esquecimentos e os silêncios são muito reveladores dos mecanismos para sua manipulação.

Podemos nos questionar acerca dos elementos que constituem a memória tanto individual quanto coletiva. Para Michael Pollack esses elementos são em primeiro lugar os acontecimentos vividos pessoalmente e em segundo lugar aqueles acontecimentos vivenciados pelo grupo ao qual o indivíduo sente pertencer (POLLACK, 1992, p. 200-15). Neste processo de construção de identidade o processo de socialização histórica da memória participa de forma tão efetiva e marcante que podemos falar de uma memória herdada. Ora, um

*locus* de socialização histórica da memória é o ensino de História (CARRETERO, 2007, p. 87-101).

No entanto, a escola, a sala de aula, não são os únicos lugares de memória, como demonstrou Pierre Nora (1984), existem lugares particularmente ligados à tarefa de fazer recordar um determinado passado, pois a memória é seletiva, nem tudo é lembrado, nem tudo é gravado, nem tudo é registrado, ou seja, para lembrar é necessário esquecer.

Estamos, portanto, entendendo e conceituando a memória enquanto um fenômeno construído tanto em termos individuais, na medida em que essa construção pode acontecer de modo consciente ou inconsciente, quanto social, pois os grupos que compõem a sociedade lutam pelo direito de decidir o que será lembrado e o que será esquecido.

Do mesmo modo podemos afirmar que a memória individual e coletiva são fenômenos construídos, também é possível estabelecer uma ligação intrínseca entre memória e identidade. Tal relação surge na medida em que a memória é um elemento constituinte da identidade, pois é a memória que cria as condições para o desenvolvimento do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo no seu processo de construção de identidade.

Também devemos ressaltar que a memória é um fenômeno cuja construção ocorre em relação e em referência aos outros, isto é este processo de elaboração da memória é realizado em intensa negociação com o outro. Nesse sentido memória não é fenômeno que deva ser entendido como a essência de uma pessoa ou de um grupo.

Em outras palavras o que pretendemos afirmar é que a memória é um valor disputado, marcado pelos conflitos sociais, e principalmente pela luta política. É exatamente este fenômeno, qual seja, o caráter contencioso da construção das memórias que pretendemos abordar. Mais especificamente o conflito entre as memórias, referentes a ditadura civil militar, construídas e consolidadas a partir do centro hegemônico de poder nacional, quais sejam, as áreas Sul e Sudeste do Brasil, e as memórias elaboradas em zonas de fronteira, no caso especificamente a fronteira Oeste brasileira (que abarca a parte meridional da Amazônia). Para tanto é necessário mapearmos e analisarmos as

diferentes e diversas memórias construídas tanto ao longo do período ditatorial quanto acerca deste momento da nossa sociedade.

### 3- Memórias das ditaduras no Brasil

Depois do golpe civil militar em março de 1964, recuperou-se o discurso da salvação do país ameaçado pelo perigo comunista (já visto no Estado Novo), buscou-se justificar a intervenção armada como contrarrevolução, o que pode ser entendido como uso para deliberados fins por determinados grupos da memória política do país. A identidade do Brasil proposta durante o estado ditatorial foi a da necessidade de um país integrado, unido sob o comando de um governo forte. Novamente se buscou no passado idealizado, as Bandeiras e os Bandeirantes, justificativas para os projetos que estavam por vir (fato que já havia ocorrido no início da República e no Estado Novo). Foi Ricardo quem as viu, ainda nos anos 40, como um “Estado larvar”, como cidades em miniatura, na origem do “nosso *self-government* na formação do Estado Brasileiro” (RICARDO, 1970, p. XL)<sup>1</sup>. O bandeirismo foi identificado à revolução, à defesa e à preservação dos valores fundamentais do mundo moderno: cristianismo, direito internacional, capitalismo europeu e revolução industrial. Novamente o Bandeirante, *imagines agentes*, foi retomado, reconstruído e tornado Lugar de Memória buscando dar sentido à essa República militarizada e ditatorial. (HARTOG, 2013, p. 164)

As matas tropicais e florestas historicamente indicaram uma maneira de olhar o Brasil. As visões e descrições que desenham sua imagem ganharam, desde antes, preciosos contornos nas mãos dos artistas-viajantes, nas famosas expedições dos exploradores europeus, que percorreram o interior do Brasil, desde os inícios do séc. XIX. A Amazônia é emblemática nesse sentido e essas visões norteiam nosso olhar. Sua paisagem foi marcada pela grandiosidade da floresta, pela riqueza da sua fauna, pela presença indígena, a vastidão territorial (sem fragmentação) a guardarem recônditas riquezas.

Duplas imagens produzindo o tempo todo seu jogo de significados com o qual a entendemos: terra sem mal e terra da cobiça, terra selvagem e terra do perigo. A força dessas imagens e mais a positividade do desbravamento e da

---

<sup>1</sup> A obra de Ricardo, em dois volumes, teve sua primeira edição publicada em 1943, mas em 1970 foi relançada com o acréscimo de um posfácio sobre o regime vigente.

conquista, mesmo à custa das invasões em terras indígenas e destruições de toda ordem, de novo autorizam a ação civilizadora dos “novos Bandeirantes” e legitimam o povoamento atual, tendo como resultado mais visível o surgimento de inúmeras cidades. A colonização da Amazônia resultou de fato na urbanização, mesmo que para muitas dessas novas cidades, essa terminologia se mostre pouco adequada. Uma análise mais longa sobre esse ponto em particular, extrapolaria o proposto para esse artigo.

A integração nacional foi o ponto central dessa nova identidade, daí a importância assumida pela figura do Bandeirante, Projeto Rondon, Rodovia Belém-Brasília, Transamazônica, a tudo isso se anunciou como efeitos do “fermento instintivo dos tempos heroicos” (RICARDO, 1970, p. 623)

Anuncia-se a nova marcha. É o Brasil organizado que, de novo caminha pra Oeste, realizando o seu “imperialismo interno”, palmo a palmo. Ainda uma luta em extensão, com os primeiros marcos da profundidade. (RICARDO, 1970, p. 622)

A centralidade da ideia da integração do território nacional é explicada nesse momento pela influência da Guerra Fria traduzida nos riscos do avanço do comunismo internacional sobre a América do Sul e pelas sinalizações de intelectuais e organismos internacionais acerca da necessidade da “ocupação dos espaços vazios” (e aqui a Amazônia aparece como espaço em destaque) com os excedentes populacionais de algumas áreas do planeta (China e Índia apareciam como algumas dessas áreas superpovoadas), imagem que foi inúmeras vezes reproduzida em estudos e relatórios tal como é possível ver em Nash (1926, p. 396):

From every point of view it would seem highly desirable for Brazil to add to her body politic by a large immigration, and that immediately. Today she can pick and choose her immigrants from all Europe and Asia. But if she fill up no faster than during the first four centuries, it is conceivable that that by the year 2000 she might have to welcome those who choose to come. Why not?

Esse discurso, por consequência, despertou a reação das forças armadas brasileiras que, nesse momento no poder, impuseram o “integrar para não entregar”, um grande projeto de reocupação do território nacional com incentivos governamentais, traduzido no Programa de Integração Nacional e em particular na Operação Amazônia.

O Decreto-lei N° 1.106, de 16 de junho de 1970, que criou o Programa de Integração Nacional que, em seu artigo segundo afirma:

**Art. 2º** A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica (BRASIL, 1970).

No ano de 1971, o Decreto-lei N° 1.164, de 1º de abril, declara:

Art 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei n° 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem (100) quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias, já construídas, em construção ou projeto (BRASIL, 1971).

Entre as rodovias incluídas no texto, encontram-se as BR 163, 158 e 364, que cortam o Mato Grosso em três direções diferentes (Oeste, Norte/Sul e Leste) e a transamazônica, que se constituiu em corredor migratório do Nordeste para a Amazônia e impactou a ocupação do Estado em particular e do Oeste brasileiro. Essas medidas retiraram das mãos da elite estadual as prerrogativas para dispor desse estoque de terras. Foi nesse espaço, agora sob a responsabilidade da União, que se implantaram os projetos de colonização e agropecuários em condições muito favoráveis para esses empresários, sempre em nome da Segurança Nacional.

Outros elementos importantes para entender essa reocupação da fronteira Oeste foram as ações estratégicas postas em prática visando atrair investimentos privados, como por exemplo a criação de pastas como o Ministério do Interior, criado pelo decreto-lei n° 200 de 25 de fevereiro de 1967 e que ficou responsável pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDENE), órgãos de planejamento como SUDEVAP, SUDESUL, SUDECO, SUFRAMA e outros como DNOS, DNOCS e SUVALE, além do BNH. Dentre as atribuições do Ministério do Interior constam o desenvolvimento regional, a radicação das populações, ocupação do território, migrações internas. O decreto 61.330 de 11 setembro de 1967 criou o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia (BRASIL, 1967), com forte participação militar

(Conselho de Segurança Nacional e Estado Maior das Forças Armadas) e ainda em 1967 outro decreto-lei de número 291, estabelecia “incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia” (*sic*), reproduzimos aqui seu primeiro artigo apenas:

Art. 1º Até o exercício de 1972, inclusive, não sofrerá incidência do imposto de renda a parte ou o total dos lucros ou dividendos atribuídos às pessoas físicas ou jurídicas titulares de ações, cotas ou quinhões de capital de empresas localizadas na Amazônia, quando destinados para aplicação na faixa de recursos próprios de projetos aprovados na Região, para efeito de absorção dos recursos oriundos do imposto de renda, de que tratam o art. 2º deste Decreto-lei e o art. 7º da Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966. (BRASIL, 1967).

Em 1971, o governo Federal criou o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), como parte das ações mencionadas acima. Tal medida, entre outras (FERREIRA, 1986, p. 47), permitiu a aquisição de grandes faixas de terras públicas por empresários que desenvolveram projetos privados de colonização e agropecuários.

Em 1977 o estado de Mato Grosso constituiu-se dos atuais limites geográficos, por meio da Lei Complementar N°. 31, baixada pelo General Presidente Ernesto Geisel, que determinou o desmembramento e a criação do atual Mato Grosso do Sul. Apenas para registrar, o estado de Rondônia já havia sido criado inicialmente como território (Guaporé) em 1943, destacado do estado de Mato Grosso. A parte correspondente ao atual Mato Grosso possuía, em 1970, 38 municípios. Em pouco mais de três décadas, esse número saltou para 141, dentre eles 83 não chegavam a dez mil habitantes e 40 estavam com população entre dez e vinte mil habitantes. Apenas 18 estavam acima de 20 mil habitantes (MIRANDA e AMORIM, 2000, p. 9). Em grande medida, essas novas cidades surgiram diretamente ligadas aos projetos implantados no Estado com forte estímulo do Governo Federal.

Ressalvadas as particularidades e deslocamentos de ideias, próprias da dinâmica histórica, a identificação do pioneiro, esse patriota que atende ao apelo da nação e migra para a fronteira, com o Bandeirante, o civilizador, é presente e constante tanto nos documentos oficiais como nos discursos de empresas, peças de propaganda e, por conseguinte, na memória dos moradores dessas áreas de fronteira.

Ainda no final do século XX, a Amazônia aparece vista como terra a ser descoberta pelos novos bandeirantes, território propício à colonização a ser dirigida pela ação fundadora e civilizadora da sociedade nacional, identificada à presença de grupos empresariais como a Integração, Desenvolvimento e Colonização LTDA (INDECO), e a Sociedade Imobiliária do Norte do Paraná (SINOP), entre outras que atuaram em Mato Grosso.

A imagem de um país de vasta extensão territorial, usada como um dos elementos formadores da identidade brasileira, traduzia a obsessão de nossa afirmação enquanto nação. Grupos empresariais utilizaram fartamente desta imagem para se apresentar como mediadores do desenvolvimento do Brasil que, desde Vargas, com a Marcha para Oeste, entendiam interiorização e integração associadas a essa noção, o que levou no final do século XX a implantação desses projetos agropecuários ou de colonização.

Estas reflexões que tratam da reocupação da Amazônia meridional brasileira em seu período mais recente, procuram dar relevo às imagens da nova conquista do Oeste. A história da reocupação do território brasileiro, desde o momento da chegada dos europeus no século XVI, tem como ponto comum o fato de que o olhar do conquistador desconsiderou o existente. Na a Amazônia Legal Brasileira e no Centro Oeste não foi diferente, espaço e população foram vistos como algo dado, que não precedia à ação do “branco civilizador” na missão sempre renovada de integração nacional, retórica fundamental muito utilizada pelos governos ditatoriais brasileiros. Vários autores assinalaram a relação da militarização com a inserção de um modelo de desenvolvimento capitalista na Amazônia a partir de 1964, como por exemplo, Almeida (1981), Ianni (1979) e Martins (1984). Reteve-se na memória o gesto dos tempos em que Bandeirantes cruzavam as terras à procura de índio, ouro e outras preciosidades dos sertões. Agora é o Brasil que novamente caminha para Oeste, o país que toma posse de si mesmo.

#### 4- Os impactos dos projetos de desenvolvimento impostos pela ditadura civil militar

O jogo político visando a reocupação de terras no interior do Brasil empreendido pelos setores empresariais nacionais e transnacionais (sempre com o aval do governo ditatorial), nas décadas finais do século XX, evidenciou

recomposições violentas em todo o território brasileiro, provocando desterritorialização e reterritorialização de espaços sociais, particularmente na Amazônia. A partir da década de setenta, as empresas privadas de colonização e agropecuária apareceram tomando para si a tarefa civilizadora de povoamento das terras ditas vazias, assumindo a missão social, como disseram, de transformar o mundo selvagem, levar progresso, desenvolvimento e modernidade. O estado Mato Grosso, por exemplo, concentrou cerca de 70% dos projetos de colonização e agropecuários de natureza privada.

Os núcleos urbanos, resultantes desta política citada (seja através da colonização privada, oficial, dos projetos de assentamento ou de outras estratégias políticas desenvolvidas nesse período), nasceram velhos, reproduzindo modelos de organização dos grandes centros urbanos e com eles seus problemas de toda ordem: ocupação irregular de espaços, ausência de qualquer infraestrutura, segregação econômica e social.

No Estado de Mato Grosso, dezenas dessas empresas estabeleceram-se por seu extenso território predominantemente visando à venda de lotes de terras para migrantes vindos do Sul e Sudeste do país, no caso das colonizadoras, ou visando à atração de trabalhadores migrantes vindos em sua maioria do Nordeste brasileiro, com baixa qualificação profissional para a dura tarefa de abertura das áreas (desmatamento, limpeza, construção de cercas etc). Nesse caso, tanto as colonizadoras quanto as agropecuárias interessavam-se por esse público.

Segundo Guimarães Neto (1986, p142), dados do INCRA, coletados em 1981, mostram que de 101 empresas de colonização autorizadas inicialmente a funcionar no país (inclusive aquelas cujos registros foram cancelados), entre 1970 e 1981, 42% estavam localizadas em Mato Grosso. De um total de 82 empresas em funcionamento efetivo, 52% tinham projetos em Mato Grosso; dos 125 projetos autorizados a funcionar, 60% estavam nesse mesmo Estado. As rodovias federais funcionaram como corredores norteadores da migração. Os maiores projetos privados de colonização aconteceram muito próximos dessas rodovias, 49% deles (75 projetos), ao longo da Cuiabá-Santarém. Esta, mais a BR 158 e o complexo 364 /174, criados durante o governo militar, tinham a intenção de abrir esses territórios à exploração econômica.

Esse projeto de reocupação passava necessariamente pelo grande empresário, aliado do Governo Militar, beneficiário direto dos recursos disponibilizados. Nas palavras do Ministro do Planejamento de 1973, Reis Veloso, em pronunciamento oficial:

... a necessidade de evitarmos uma ocupação predatória, com um conseqüente processo de desmatamento, e de promovermos a manutenção do equilíbrio ecológico, nos leva a convidar as grandes empresas a assumirem a tarefa de desenvolver esta região. (CASTRO et all, 1994, p. 77)

Esse empresário comprava grandes extensões de terra junto ao INCRA, comprometendo-se a apresentar um plano de ocupação que viabilizasse o estabelecimento de pequenos proprietários em lotes que majoritariamente variavam de 100 a 500 hectares. Os projetos de colonização constavam de planta com a distribuição dos lotes, detalhamento dos subnúcleos e do núcleo urbano. Planejamento executivo para a dotação de infraestrutura viária, de saúde, escolar, administrativa, estudo de solo, regime de chuvas, cobertura vegetal, hidrografia, topografia, com as viabilidades econômicas e as possibilidades de cultivo e previsão de produção e comercialização. Após a apresentação desse complexo documento, o INCRA diplomava a empresa que poderia então iniciar os trabalhos de abertura da área e comercialização da terra. O órgão deveria fiscalizar a implantação do projeto assim como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) deveria fiscalizar os percentuais de desmatamento. Ambos se mostraram incapazes para acompanhar uma ação de tamanha envergadura.

Os tamanhos das áreas repassadas para essas empresas variaram muito. Apenas para citar alguns casos, entre os projetos de colonização, a SINOP, ou Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, recebeu 400 mil hectares para o projeto SINOP. Ela desenvolveu outros projetos no Mato Grosso. A INDECO, Integração, Desenvolvimento e Colonização, recebeu 400 mil hectares para o Projeto Alta Floresta e também desenvolveu outros projetos no Estado. A Cotriguaçu recebeu um milhão de hectares, não conseguiu executar o projeto e teve que dividir essa tarefa com outras empresas. Quanto às empresas com projetos pecuários, Casaldáliga, em sua Carta Pastoral de 1971, afirmou:

Até fins de 1970, tinham sido aprovados para os municípios de Barra do Garças e Luciara 66 (sessenta e seis) projetos. De lá para cá muitos outros novos já foram criados, como a BORDON S/A, dos Frigoríficos Bordon, NACIONAL S/A, do Banco

Nacional de Minas Gerais, cujo presidente é o ex-ministro das relações Exteriores, Magalhães Pinto, UIRAPURU S/A, do jornalista-latifundiário, David Nasser etc...

As áreas de alguns destes empreendimentos, em território da Prelazia, são absurdas. Destacando-se entre todas: a AGROPECUÁRIA SUIÁ-MISSU S/A com 695.843 ha. e 351 m<sup>2</sup>, que corresponde aproximadamente a 300.00 alqueires, área 5 vezes maior que o Estado da Canabrava e maior também que o Distrito Federal, de propriedades de uma única família paulista: a família Ometto. Destacam-se também a CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ARAGUAIA - " CODEARA", com área de 196.497,19 ha., AGROPASA, com 48.165 ha., URUPIANGA, com 50.468 ha., PORTO VELHO, com 49.994,32 ha., e assim por diante.

Além de serem extensões praticamente inconcebíveis, muitos destes empreendimentos formam grupos somando assim suas já enormes áreas, como é o caso das conhecidas Fazendas Reunidas, "de propriedades do Sr. José Ramos Rodrigues, o "Zezinho das Reunidas", dono da Empresa de ônibus "Reunidas" de "Araçatuba" (O Estado de São Paulo - 9/5/71). Tapiraguai, Sapeva e Brasil Central também formam um grupo. O Sr. Orlando Ometto é também sócio da Tamakavy S/A, etc. (CASALDÁLIGA, 1971, p.9)

Como é possível perceber no texto acima, tanto as propriedades destinadas aos projetos de colonização quanto para fins agropecuários possuíam expressivas extensões territoriais, o que nos coloca outro problema. A venda e autorização para o estabelecimento dessas empresas sobre áreas tão grandes partiam do pressuposto de que estavam desocupadas, o que não correspondia às realidades locais. Foram comuns os relatos de conflitos, alguns com mortes, ameaças, expulsão de comunidades inteiras com o uso da força. O acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia é rico em documentos que reportam casos desse tipo. Em outras áreas do Estado, sem esse zelo com o registro documental, os relatos dos moradores mais antigos preservam a memória da "limpeza" das terras pela colonizadora, expulsando principalmente a população indígena. Após séculos de reocupação e investida humana, a Floresta Amazônica se mantém hoje como lugar emblemático, alvo de ações e discursos de ambientalistas e de cientistas de diversas áreas.

Essa matriz de desenvolvimento baseada na Doutrina de Segurança Nacional, imposta pelo governo civil militar brasileiro entre 1964 e 1985, buscou a Integração Nacional. Nesse sentido, ela mantém os vínculos com a memória construída sobre a Amazônia e a fronteira Oeste (áreas vazias, incivilizadas, etc),

conforme expusemos acima, mas atualizada segundo o momento histórico vivido.

O resultado foi o desenvolvimento de políticas públicas, uma grande inversão de recursos e um conjunto de decretos-leis (alguns desses aspectos foram acima mencionados) e outras medidas características dos regimes de exceção removendo entraves políticos e legais, permitindo a implantação de um modelo de reocupação econômica que chega com seus efeitos aos nossos dias, atualizada, mas não superada, podemos afirmar em primeiro lugar que foi esse projeto de reocupação/desenvolvimento do Mato Grosso que provocou o surgimento de mais de cem cidades em menos de trinta anos, que dividiu seu território (1975) deixando-o com 900 mil Km<sup>2</sup> (contra 1,2 milhão de km<sup>2</sup> em 1974), que abriu (ou redefiniu) três rodovias federais norteando o fluxo dessa ocupação, que levou sua população de 600 mil habitantes em 1970 para cerca de 3 milhões em 2010 e em Cuiabá, a capital, de 100 mil habitantes para pouco mais de 550 mil no mesmo período, além dos efeitos já apresentados acima.

Por último, podemos ainda afirmar que com o avanço de preocupações ecológicas verificadas com mais força após 1970, relacionadas à renovação dos recursos naturais e por consequência da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento contemporâneo, o avanço da ocupação humana sobre a floresta passou a ser medido, bem como seus impactos. Daí a constatação de que o bioma amazônico brasileiro perdeu, desde 1970, cerca de 20% de sua área de cobertura florestal. Somente entre 1995 e 2004, o Brasil apresentou uma taxa média de desmatamento de 20.600Km<sup>2</sup>/ano, segundo o INPE. O bioma do cerrado, que compõe boa parte das áreas de transição e entorno da floresta tem hoje uma taxa de 40% de ocupação para fins agrícolas (COY e KLINGER, 2014, p. 2).

Se aceitarmos que, como afirmado no início deste artigo, cabe à História um papel de formação da consciência nacional, construtora da cidadania; mais ainda, se tomarmos como válidas as afirmações de Lavisse para o contexto brasileiro, teremos um desafio que se nos coloca em duas direções. A primeira no sentido da ampliação da memória nacional, que como acreditamos ter demonstrado acima, está hoje limitada, ao menos no que tange ao período ditatorial brasileiro, a um de seus aspectos, não menos importante, mas insuficiente se se quiser entender a existência e as ações do Estado militar em

toda sua abrangência. A segunda incorporar esses novos aspectos à memória histórica nacional e com ela ao ensino em todos os níveis, no sentido de pensar um Ensino de História que seja inclusivo, pensando nos povos indígenas e migrantes desse final de século XX, que entenda as questões ambientais tão presentes em nosso cotidiano, como pensadas e desenvolvidas em dado momento da História Nacional, que seja capaz de inserir o sujeito e fazê-lo perceber-se inserido, logo, capaz de propor mudanças. “Se ele não se tornar um cidadão compenetrado de seus deveres e um soldado que ama sua bandeira, o instrutor terá perdido seu tempo.” (LAVISSE apud DOSSE, 2003, p. 277).

#### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo W. “Getat – A segurança nacional e o revigoramento do poder regional”. In: *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA* (n.º 2), Campinas, mar-abr/ 1981.

BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso. Do sonho a utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini Caniato, 2008.

BRASIL. Decreto-lei 1.164 de 1º de Abril de 1971. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1164.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1164.htm). Acesso em 12/12/2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm). Acesso em 12/12/2013.

BRASIL. Decreto-Lei 291 de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental da Faixa de Fronteiras abrangida pela Amazônia e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0291.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0291.htm) acesso em 02/02/2016

CASTRO, Sueli Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete e PRETI, Oreste. *A colonização oficial em Mato Grosso: A nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

CARRETERO, Mario et alli. *Ensino de história e memória coletiva*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix, 10 out. 1971. Disponível em <http://alternex.com.br/prelazia/igreja.htm> acesso em 30 maio 2003.

COY, Martin e KLINGLER, Michael. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014. Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/vo3no2/issue/view/14/showToc> acesso em 21 jun 2014.

DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003

FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade territorial*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.

GUIMARÃES NETO, Regina B. *A lenda do ouro verde – A colonização em Alta Floresta/Mato Grosso*. Campinas, 1986. 177p. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

HALBWACHS, Maurice. *La memoire collective*. Paris: Albin-Michel, 1998

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

IANNI, Otávio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1979.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença*. A colonização de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: EdUFMT/Carlini Caniato, 2007.

LAVISSE, Ernest apud DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In:

MARTINS, José de Souza. *Fronteira*. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MIRANDA L. e AMORIM.L. *Mato Grosso: Atlas geográfico*. Cuiabá:

Entrelinhas, 2000.

NASH, Roy. *The conquest of Brazil*. New York: Hartcourt, Brace and Company, 1926.

NORA, Pierre. *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, João Mariano. *A esperança vem na frente*. São Paulo, 1983. 144p.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1983.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos* v.5, n. 10, 1992. p. 200-215.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. 2vols. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.

RICOUER, Paul. *La Nature et la Règle*. Paris: Odile Jacpb, 1998.

***Recebido em Setembro de 2017***  
***Aprovado em Setembro de 2017***

